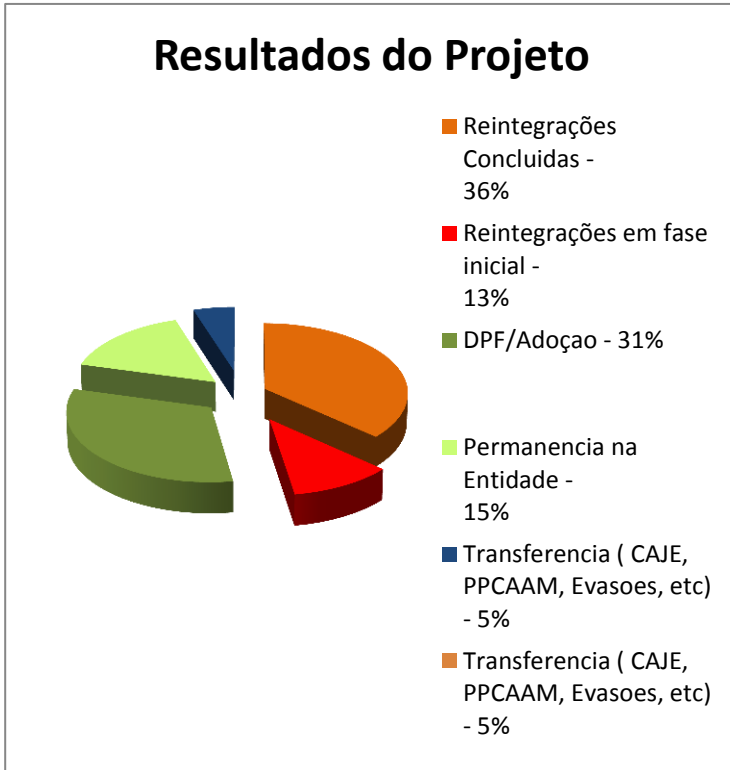


RESULTADOS DO PROJETO

I- RESULTADOS DO TRABALHO COM AS FAMÍLIAS (01/2011 a 12/2012)

PERCENTUAL DE CRIANÇAS QUE VOLTARAM A VIVER EM FAMÍLIA



49% dos acolhidos acompanhados no projeto retornaram para casa ao término do projeto ou estavam em vias de retornar, nas proximas semanas. Em 31% dos casos, definiu-se, pelo encaminhamento, a família substituta (adoção). Somando-se, então, os casos nos quais se assegurou o direito à convivência familiar, temos 80% dos casos com definição ao término dos 2 anos de projeto. Esse é um índice excelente e uma demonstração contundente de que a previsão legal de dois anos para o máximo de permanência na entidade é perfeitamente possível de ser atingida na quase totalidade dos casos. É importante ressaltar que, dos 2 anos do projeto, os primeiros meses foram dedicados a construir as bases de ação: firmar, parcerias, diagnósticos institucional, capacitação das equipes. Se a metodologia for adotada pelas entidades que integraram o projeto, com certeza, representará grande melhoria nos índices de resolutividade dos casos.

Para o alcance desse resultado, foram fundamentais: a capacitação continuada pela qual passou toda a equipe e o monitoramento do processo por meio de reuniões de equipe semanalmente, com definição de estratégias de encaminhamento para cada caso.

As famílias que tiveram seus filhos reintegrados foram acompanhadas por dois anos, na fase II do projeto Reconstruindo Vínculos, visando assegurar que não houvesse novamente aplicação da medida protetiva. Contudo, em dois dos casos, avaliou-se que o melhor para as crianças seria voltarem para a entidade de acolhimento. Em um dos casos, tal desorganização da família deveu-se ao quadro psiquiátrico da mãe que anteriormente estava sob controle, com a medicação e acompanhamento psiquiátrico regular, mas que nos últimos meses vem se recusando a tomar a medicação em decorrência de crenças religiosas.

Embora não seja uma família monoparental, o pai sozinho não tem condições de cuidar dos 4 filhos pequenos. No outro caso, a mãe não apenas voltou ao uso de substâncias químicas (especialmente crack) como também faz da residência um ponto de distribuição de drogas ilícitas, colocando os filhos em risco.

As demais famílias requereram sempre algum tipo de suporte e apoio ao longo desses dois anos, o que indica claramente que os processos de reintegração não podem ser considerados conclusos com o simples retorno dos filhos. São famílias que, dado as múltiplas vulnerabilidades, demandam acompanhamento continuado e não por apenas seis meses como preconizam as normas, mas, pelo menos, por dois anos. Esse acompanhamento não pode, evidentemente, ser de responsabilidade apenas da entidade de acolhimento. Assim como para a reintegração é necessário o trabalho articulado em rede, igualmente para o acompanhamento após a reintegração, toda a rede deve se responsabilizar pela família. Os dois casos nos quais houve solicitação de nova aplicação de medida foram justamente os casos em que a rede não se responsabilizou pela família e deixou esta apenas aos cuidados do Instituto Berço da Cidadania e Conselho Tutelar.

FATORES DE VULNERABILIDADE NA FAMÍLIA

Os principais motivos indicados nas guias de acolhimento do público atendido no projeto foram:

- adoção/guarda mal sucedida – 10%;
- doença da mãe – 3%;
- genitor com distúrbio psíquico grave – 10%;
- violência conjugal – 8%;
- adolescente ameaçado de morte pelo tráfico – 5%;
- família com envolvimento com tráfico – 8%;
- genitor(a) Preso(a) – 9%;
- dependência química familiar – 50%;
- abandono – 16%;
- negligência – 54%;
- abuso Sexual intra familiar – 23%;
- maus tratos/violência física ou psicológica – 25%;
- situação de rua (seja toda a família ou apenas a criança) – 45%.

Comentários

Ao invés de trabalharmos apenas com a motivação expressa por ocasião da aplicação da medida, agregamos àquela informação aspectos que surgiram no histórico

familiar e que, mesmo que não identificados em um primeiro momento, certamente contribuíram para a aplicação da medida e/ou a sua manutenção. Em geral, diversas motivações se conjugam em um único caso. Chama a atenção o elevado percentual de casos em que a vivência de rua aparece no histórico da família ou a fuga para as ruas como um recurso da criança ou adolescente de escapar à violência doméstica (47%).

É também chocante o elevado número de casos em que o abuso sexual intrafamiliar aparece (24% dos casos).

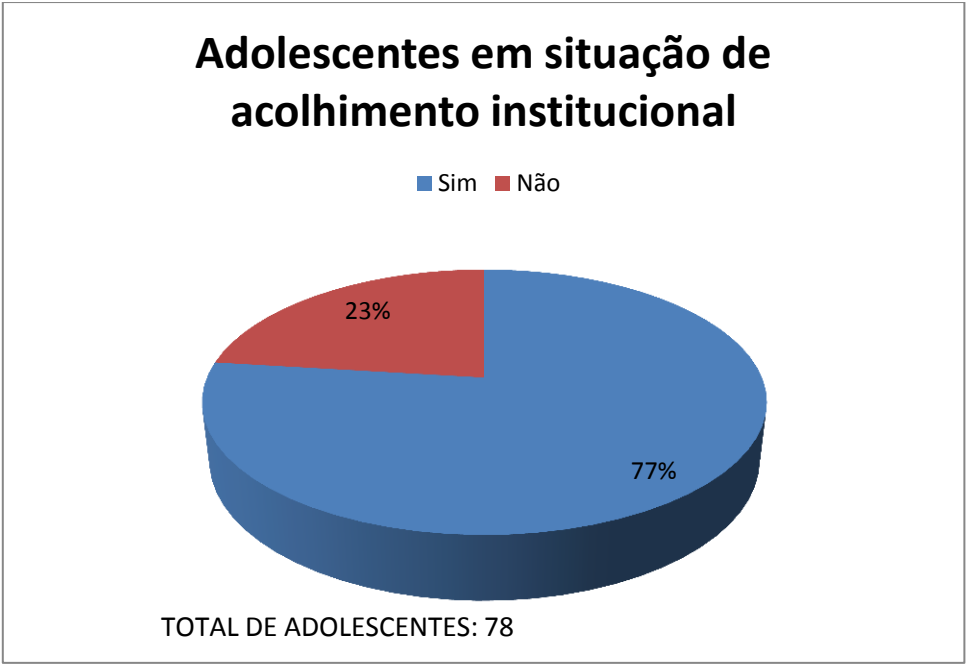
Não foi possível discriminar as situações de uso abusivo de álcool daquelas de dependência química, pois, em geral, essas duas dependências se conjugam na mesma família. Um dado bastante preocupante refere-se ao momento em que a dependência química se associa ao envolvimento da família com o tráfico, o que ocorre em pelos menos 06 dos casos que acompanhamos.

Destacamos, também, os casos em que a criança esteve sob guarda ou adoção, sendo posteriormente “devolvida” à entidade ou à família de origem. Esses casos estão dentre os que apresentaram maior dificuldade de resolução.

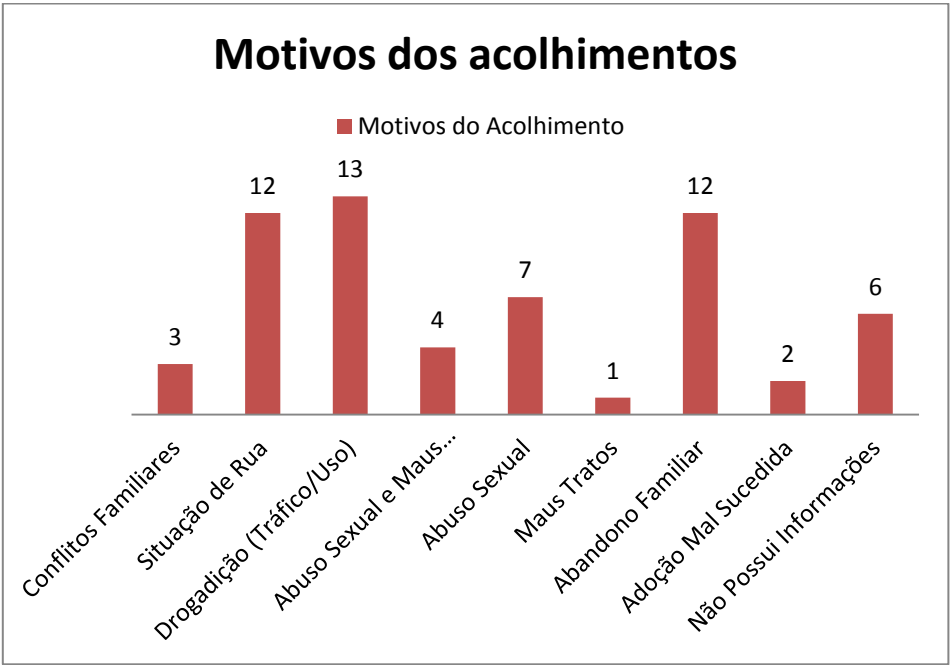
RESULTADOS DO TRABALHO COM OS ADOLESCENTES (05/2013 a 05/2015)

Na segunda fase do projeto, como já dito anteriormente, nossa ênfase foi no acompanhamento de adolescentes com remotas chances de reintegração familiar para que, ao saírem da entidade aos 18 anos, pudessem fazê-lo em condições menos desfavoráveis. Nossa meta de trabalhar com 50 adolescentes encontrou dificuldades ao longo de todo o projeto em decorrência de diversos fatores, especialmente dois: rompimento da parceria com a entidade de acolhimento em decorrência de incompatibilidade de metodologias, o que trazia, por consequência, o afastamento do adolescente do projeto; evasões constantes de adolescentes, perdendo-se o contato com esses. Assim, o grupo que planejávamos que seria formado nos primeiros meses do projeto, e com o qual trabalharíamos ao longo dos meses subsequentes, foi constantemente modificado, com saída de alguns e entrada de novos nomes, promovendo constantes mudanças na dinâmica do grupo e exigindo bastante flexibilidade da equipe. Uma das consequências mais diretas da entrada de um novo membro em diferentes momentos do processo era a necessidade de estarmos sempre retomando as regras, acordos e combinados de funcionamento da atividade.

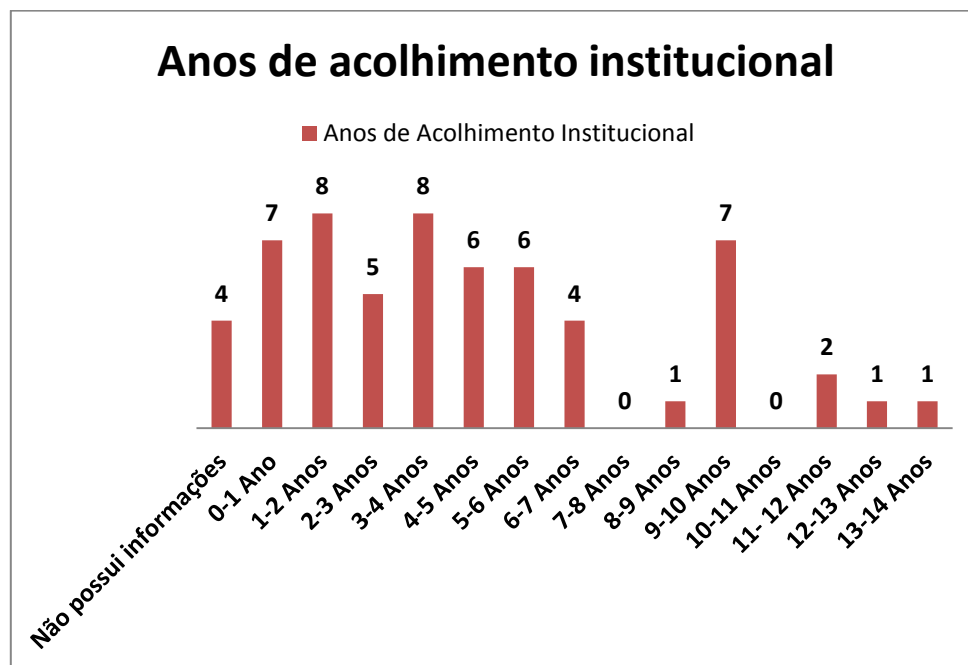
Ao todo, setenta e oito adolescentes estiveram, em algum momento, participando do projeto, estando vivendo nas famílias e nos serviços de acolhimento, conforme se pode ver do gráfico abaixo:



As principais razões para aplicação da medida protetiva encontram-se expressas no gráfico abaixo:



O longo tempo de acolhimento para muitos desses adolescentes também merece destaque. Embora uma das justificativas para o delineamento do projeto tenha sido justamente a compreensão quanto à necessidade de abordagem específica para adolescentes com longo histórico de acolhimento, ainda assim é espantoso ver que vários adolescentes encontram-se acolhidos desde os primórdios de sua vida. Dos 60 casos em acolhimento, 36 estavam acolhidos há pelo menos 3 anos.



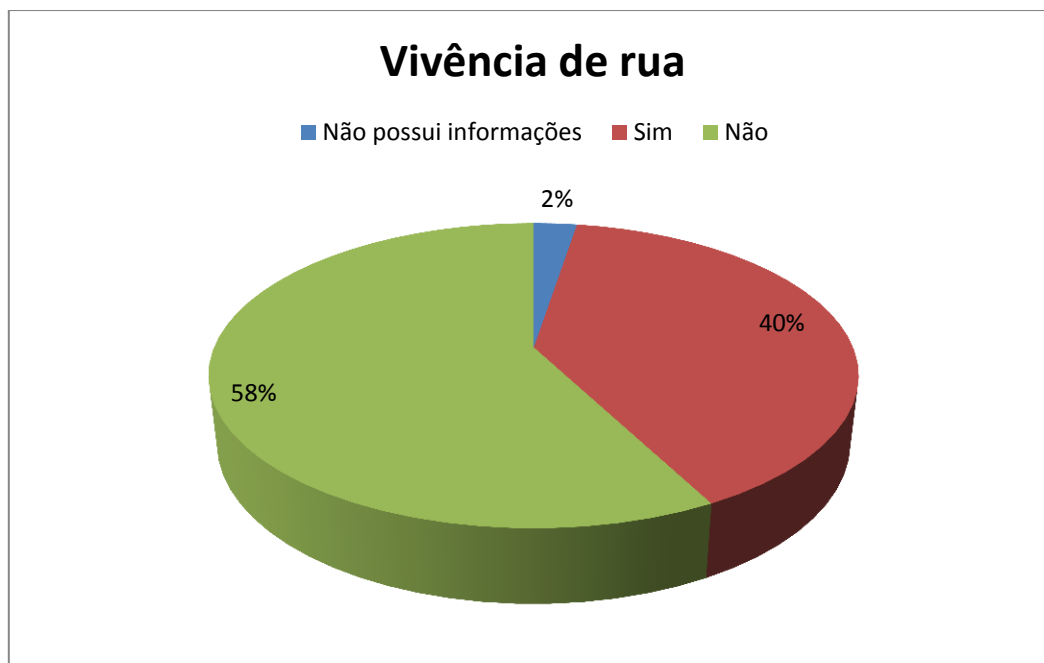
Uma das dificuldades com a qual tivemos que lidar ao longo de todo o projeto era a dependência química por parte de 38% dos adolescentes (30 casos). A regra para participação nas atividades do projeto era a de abster-se do uso durante as atividades e, embora tenhamos conseguido que houvesse obediência a essa regra, verificava-se que, em determinados momentos, o adolescente deixava de comparecer às atividades como consequência do seu estado após o uso. O tratamento de saúde para esses casos é extremamente precário no Distrito Federal, praticamente inexistindo serviços na rede para internação nos casos em que esta se fazia necessária.

Por outro lado, não era o propósito de nosso projeto ofertar diretamente tratamento para a dependência química, embora avaliássemos que a vinculação aos técnicos e às atividades pudesse ser um fator de apoio ao tratamento e à superação da dependência. Efetivamente, a quase totalidade de adolescentes apresentou melhoras no que se refere a essa questão, reduzindo consideravelmente o consumo. Mas sabe-se que, nesses casos, por vezes basta haver uma pequena alteração no ambiente para que um adolescente que apresentava um percurso de superação volte ao uso intensivo da droga. Esse era o caso, por

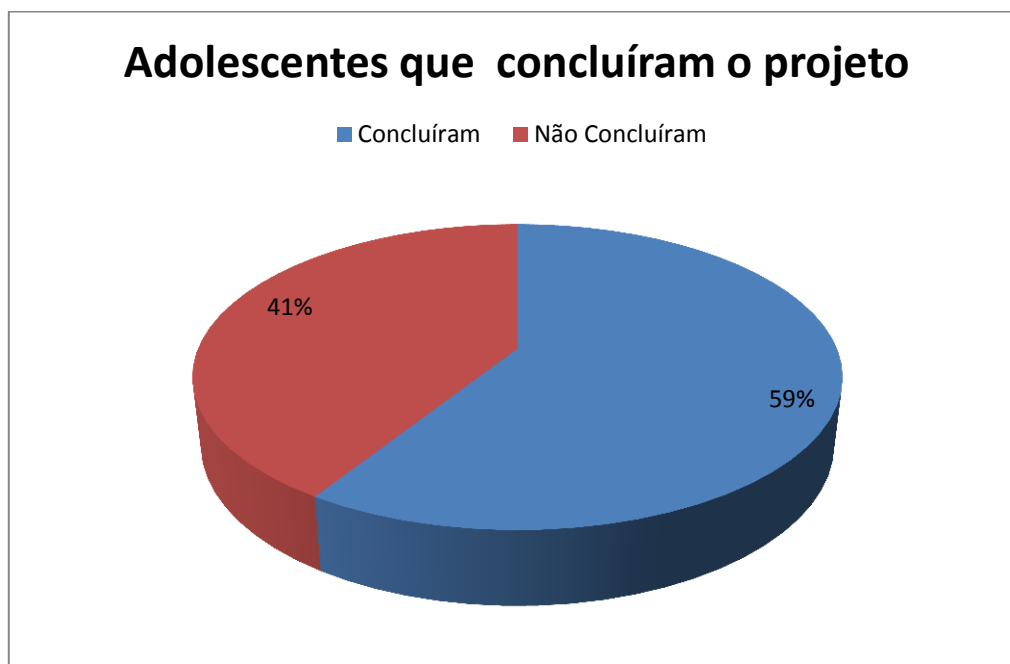
exemplo, quando por mudanças no espaço do acolhimento, o acesso às drogas se tornava mais fácil ou quando na entidade ingressavam novos adolescentes com dependência, constituindo-se um estímulo ao uso por parte daqueles que se encontravam em um processo de superação.



O histórico de vivência de rua com os impactos daí resultantes, em termos de maior dificuldade de escolarização, de acatamento às regras e de vinculação, também contribuiu em muitos casos para que o adolescente tivesse dificuldade de aderir ao projeto. Muitos iniciaram, mas não deram continuidade. 40% dos adolescentes (ou seja, 32 dos casos), com os quais trabalhamos, apresentavam histórico de vivência de rua e esta era ainda, para muitos desses adolescentes, um forte apelo. Há estreita correlação entre o histórico de vivência de rua e o uso de drogas, podendo-se dizer que 100% dos casos de adolescentes com histórico de rua apresentavam também histórico de uso de drogas.



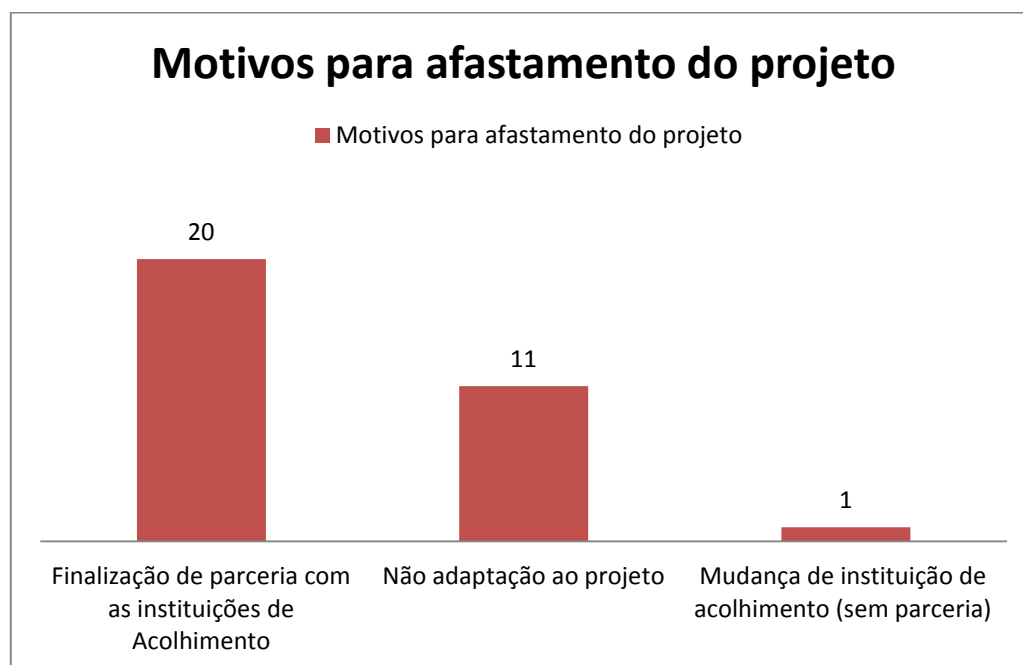
Dos 78 adolescentes que estiveram em algum momento participando do projeto, 59% (46) chegaram ao término do projeto e 41% (32) saíram antes da conclusão.



A principal razão para a descontinuidade de participação deveu-se ao rompimento de parceria com duas das entidades de acolhimento, por razões relacionadas à

incompatibilidade entre nossa abordagem e a abordagem da entidade de acolhimento. Esse fator responde por 63% dos casos de descontinuidade. O fato de que tais incompatibilidades somente se mostraram insuperáveis após o primeiro ano do projeto, impossibilitou também que iniciássemos novas parcerias que nos possibilitasse o ingresso de mais adolescentes. Em um dos casos, apesar do rompimento da parceria, no que se referia ao conjunto do trabalho (que envolvia, dentre outros aspectos, reuniões periódicas com a equipe técnica da entidade para discussão e encaminhamentos dos casos), providenciamos o encaminhamento profissionalizante dos adolescentes para as entidades parceiras.

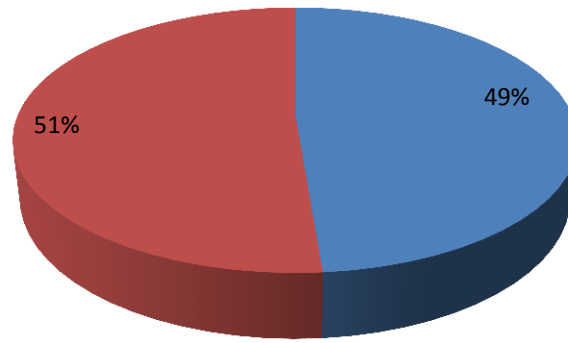
Os casos de não adaptação ao projeto deveram-se principalmente aos fatores já mencionados acima, decorrentes do histórico de rua e uso de drogas.



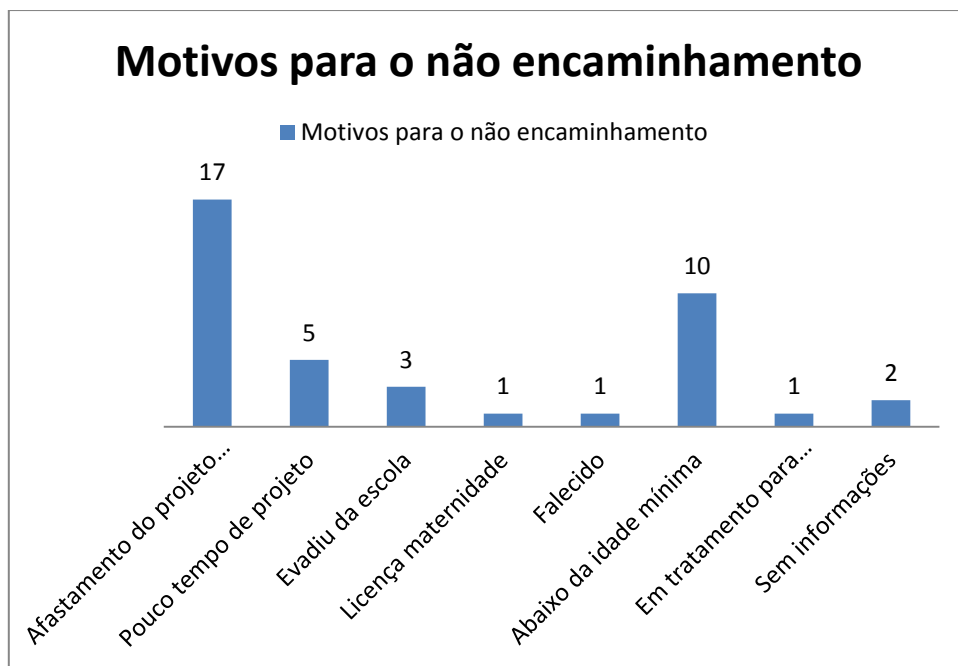
No processo de autonomia, um fator extremamente importante é o de promover, junto ao adolescente, habilidades e instrumentos básicos para o acesso ao mercado de trabalho. Em parceria com instituições como a Rede Nacional de Aprendizagem – RENAPSI, o Carrefour, o programa Vira Vidas e o ISBET (Educação para o trabalho), quase a metade dos adolescentes foram encaminhados para essas oportunidades de trabalho.

Mercado de trabalho/cursos profissionalizantes

■ Encaminhados ■ Não encaminhados



Por vezes, adolescentes com os quais já se havia caminhado bastante em direção à profissionalização subitamente desapareciam da entidade por evasão e perdíamos o contato e a possibilidade de poder continuar o acompanhamento e, conseqüentemente, a conclusão do encaminhamento. Em outros casos, o adolescente encontrava-se abaixo da idade mínima para iniciar o processo de profissionalização. O gráfico abaixo traz os principais motivos para o não encaminhamento da parcela de 51% dos adolescentes:



Deve-se reconhecer que o simples encaminhamento para as entidades de profissionalização e/ou iniciativas de primeiro emprego não são suficientes para assegurar o efetivo início da vida profissional. Muitas vezes havia inconsistência entre o sonhado e desejado pelo adolescente em termos profissionais e as oportunidades que lhe surgiam ou oportunidades para as quais ele atendia aos requisitos. Assim, por exemplo, uma atividade profissional com reduzida exigência de escolarização, como trabalhar em supermercado ou no ramo de lanchonete em geral, era vista pelo adolescente como pouco atrativa ou até mesmo como uma desqualificação.

O ponto principal a ser trabalhado nessa área era o de possibilitar ao adolescente entender que o fato de ele aceitar uma atividade de iniciação profissional pouco atrativa no momento não o impediria de continuar lutando por seus sonhos. Trabalhar também com o fato de que ninguém se torna, por exemplo, advogado (umas das profissões que comumente o adolescente indicava como seu sonho) sem estudar de forma disciplinada, diligente, constante. Enfim, construir qualquer sonho exige essa dedicação e raramente a maioria de nós pode se permitir fazer apenas o que gosta. Muitas vezes, fazer algo que não gostamos em um dado momento de nossas vidas nos permite construir as possibilidades de alcançarmos aquilo que idealizamos. Avaliamos que essa dimensão (compatibilidade entre desejo e atributos ou condições para o alcance desse desejo) foi trabalhada insuficientemente no projeto. Um trabalho articulado entre os técnicos do Instituto e da entidade de acolhimento deveria ter atuado mais intensamente junto ao adolescente nessa perspectiva.

ACÇÕES DO PROJETO RECONSTRUINDO VÍNCULOS NAS DUAS FASES

Capacitações

A capacitação dos profissionais e defensores de direitos é fundamental quando se pretendem mudanças de paradigmas de atuação. Ao longo do projeto, criamos diversas oportunidades para aprimorar os conhecimentos e refletimos sobre os métodos de trabalho utilizados cotidianamente. Foram noventa horas de Capacitação, estrito senso, além da modalidade de capacitação por meio de supervisões e discussão de casos que ocorriam semanalmente em cada entidade de acolhimento.

Primeira fase do projeto

CURSO	PROFESSOR	CARGA HORARIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Alternativas ao acolhimento Institucional	Janete Valente (Campinas,SP)	08	110
Introdução à metodologia de trabalho com famílias	Edson Neris Bahia “Cabral”	08	110
Elaboração de relatórios técnicos e pareceres	Ricardo Soares;	20	40
Metodologia de trabalho com famílias – 2º fase	Edson Neris Bahia “Cabral”	30	140
Abordagem ao adolescente em acolhimento institucional	Valeria Pássaro	16	70
Reordenamento dos serviços de acolhimento	Janete Valente e Maria José (Campinas,SP)	08	50
Capacitação para as cuidadoras no ambiente de trabalho	Psicólogas da equipe do IBC Dirce França-Rosicleide-Veridiana e Teresa	50	20

Capacitações na segunda fase do projeto

CURSO	PROFESSOR	CARGA HORARIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Metodologia de abordagem de adolescente em situação de vulnerabilidade	Equipe do Bem TV Equipe do RUAS e do coletivo Maria Perifa	40	100
Metodologia de trabalho com famílias	Solange Serrano Marcelo Emanuel dos Santos Sabino Manda Evelyne Cascard	40	200

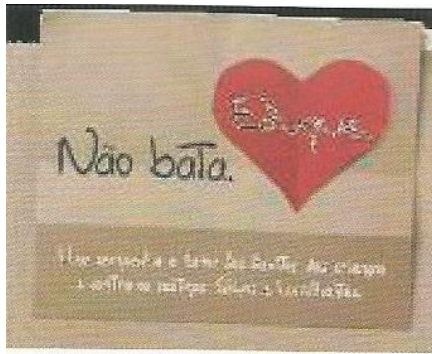
Total de horas de capacitação nos 4 anos do projeto: 200

Reuniões de rede

Uma das estratégias mais importantes para a obtenções dos resultados do projeto RECONSTRUINDO VÍNCULOS foi o comprometimento de diversos atores da rede na busca de ações mais efetivas para a promoção das famílias. Em quatro das seis entidades de acolhimento, *orroreram 26 reuniões de rede que mobilizaram os seguintes atores:*

- **CREAS** das seguintes regiões: Brasília, Sobradinho, Taguatinga; Ceilandia e Águas Lindas de Goiás;
- **CRAS** das seguintes áreas: Sobradinho; Varjão; Estrutural; Guará; Setor Coimbra (GO);
- **Conselho Tutelar:** Sobradinho; Guará; Estrutural; Varjão;
- **escolas:** Boa Vista (FERCAL) e Escola Classe 08;
- **saúde:** CAPS Sobradinho; Centro de Saúde 03; CAPS Paranoá; CAPS Ad Sobradinho; Hospital São Vicente de Paula; Clínica Liberté, especializada em tratamento de dependentes químicos e alcolistas;
- **PDIJ/MPDFT; SERAV/TJDFT;**
- **ONG's e Projetos Sociais:** VIRA VIDA; Igreja dos Santos dos Últimos Dias; Programa VIJ Juventude.

Oficina educação sem violência



A violência é uma das principais motivações para a aplicação da medida de acolhimento institucional. Reconhecendo essa realidade, buscamos sensibilizar as famílias para formas de educação sem violência. Membro da “REDE NÃO BATA. EDUQUE”, o Instituto Berço da Cidadania promoveu 3 oficinas como os familiares do projeto contando com a parceria da Associação dos Escoteiros do Mar do Distrito Federal (AEMARDF) na organização e realização das oficinas.

Entre os temas abordados, esteve a compreensão de que a qualidade da relação entre os pais se reflete no modo de ser do filho. Se a criança ou adolescente vive em ambiente de carinho e respeito, pederá reproduzir essa postura em suas relações. Também foi tratada a importância do estabelecimento de limites ao longo do processo educativo dos filhos. Os facilitadores do debate lembraram que é falsa a ideia de que foi a violência sofrida por alguns adultos no processo educativo que os salvou da delinquência e os ensinou a respeitar o próximo.

TERAPIA COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DO PROJETO RECONSTRUINDO VÍNCULOS

Dentre as ações desenvolvidas no projeto com vistas a promover as famílias, de grande relevância foi a parceria firmada entre o Instituto Berço da Cidadania e o Movimento Integrado de Saúde Comunitária — MISMECDF — para realização de rodas de terapia comunitária integrativa.

A Terapia Comunitária incentiva a corresponsabilidade na busca de novas alternativas e promove mudanças fundamentadas em três atitudes básicas: acolhimento, formação de vínculos e fortalecimento das pessoas. Parte do princípio de que a vida em grupo depende do que é comum: as linguagens, os costumes, a maneira de viver e os métodos de enfrentamento dos problemas e resgate dos valores culturais. É uma proposta que reacede os referenciais das rodas de conversa, do mutirão para festejar e das

comemorações dos vários ciclos de vida. Referenciais perdidos com o crescimento das cidades. É o advento de um novo modo de viver que supera o individualismo e busca soluções coletivas.

As rodas eram realizadas aos sábados, quinzenalmente, das 10 às 11:30 na sede do Instituto e as elas se seguiam um almoço comunitário envolvendo profissionais do Berço, terapeutas comunitários e famílias. Período: 07 de julho de 2012 a 28 de abril de 2015

Entidade de acolhimento parceiras do projeto

Nosso Lar

Fundado em 1974, o nosso Lar é uma instituição que acolhe crianças entre 0 e 3 anos, enviadas pela vara da Infância e Juventude de Brasília. Essas crianças passaram por situações de risco e vieram morar conosco, para viver com amor, saúde, segurança, ética, receber educação, cuidados de saúde e ter a chance de um futuro melhor. O modelo da instituição foi inspirado na obra assistencial Mansão do Caminho, fundada pelo orador espírita Divaldo Franco, em Salvador – BA.

Luz e Cura

O **Lar de Jesus Menino** é uma instituição de acolhimento de **crianças carentes em situação de risco**, de ambos os sexos e de faixa etária entre 0 e 6 anos, encaminhadas pela Vara da Infância e da Juventude e, em caráter emergencial, pelos Conselhos Tutelares do **Distrito Federal**. O **Lar Jesus Menino** é o nome de fantasia do **Grupo Luz & Cura**, que é uma Associação sem fins lucrativos e sem vínculo religioso, com personalidade jurídica própria e independente, prestadora de serviços gratuitos e permanentes, sem qualquer distinção de clientela, de forma planejada, diária e sistemática.

Casa Transitória

Atendimento a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, inseridos em Medida Protetiva de Abrigo (Art.90º, V do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ – DF) ou pelo Conselho Tutelar por terem seus direitos ameaçados ou viciados, de acordo com Art. 98º do ECA. Os infantes permanecem por 24h ininterruptas na instituição até que os vínculos familiares sejam restabelecidos e/ou sejam inseridos em famílias substituta, caso contrario a permanência máxima se dá até que completem 18 anos de idade.

Lar São José

O Abrigo Lar de São José é uma Organização Não Governamental, criada em 1974, por Aricleia Lopes dos Reis em conjunto com um grupo de Casais com Cristo da Paróquia São José de Taguatinga. Na época foi então doado por um padre da região um terreno para que

fosse construída uma casa para o acolhimento de 22 infantes. Para manutenção do Projeto, houve a mobilização de empresários e toda a comunidade, objetivando a captação de recursos para construção de uma casa lar, que atendesse 22 crianças. Hoje o Abrigo atende 60 crianças e adolescentes. Funciona em uma área de 3.750 m², sendo sua área construída 1.710 m², onde pode-se encontrar um refeitório central, 05 salas de atendimento, um parquinho, duas áreas de lazer e uma lavanderia comunitária e 5 casas lares cada uma com 12 crianças e adolescentes com faixas etárias variadas, sendo o responsável uma funcionária, na função de mãe social, contratada com carteira assinada, podendo ser casada e ter até 2 filhos.

Chico Xavier

Conhecido pelo seu nome fantasia **LARZINHO**, teve o início de suas atividades em 1995, na época vinculado à Casa de Idosos Francisco de Assis e somente em fevereiro de 2009, após assembléia e eleição da diretoria, se restaura e aprova um Estatuto Social tornando-se uma instituição autônoma. É uma instituição sem fins lucrativos, sendo mantida apenas por doações e eventos organizados pela diretoria e por adoções e eventos organizados pela e por outros Voluntários.

UNAC – ABRIRE (GDF)

Fundado nos anos 70, é única entidade de acolhimento público, mantida pelo Governo do Distrito Federal (GDF), por meio da Secretária de Estado e Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) dentro da Subsecretaria da Assistência Social, na Unidade de Alta Complexidade (UAC).

Hoje, além de uma unidade Central, possui quatro casa lares, em quatro cidades do Distrito Federal.

ALDEIAS INFANTIS SOS

As Aldeias Infantis SOS Brasil, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, foi idealizada pelo Educador Hermann Gmeiner, em 1949, com o intuito de acolher e oferecer uma família às crianças e adolescentes órfãs de guerra, considerando a conjuntura da II Guerra Mundial que havia terminado recentemente, deixando muitos danos materiais e emocionais.

Presente em 134 países e territórios, atende mais de 1.146.640 pessoas. No Brasil, desde 1967. No Âmbito Nacional atendemos cerca de 10.000 crianças, adolescentes, jovens e suas famílias nos PROGRAMAS ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL. Em Brasília, existe desde 1972